



**RELATÓRIO DE
CUMPRIMENTO META 02
CRIAÇÃO DE MODELO PARA
ATUALIZAÇÃO DA PLATAFORMA
EDITORIAL DA REVISTA**



RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO META 02 CRIAÇÃO DE MODELO PARA ATUALIZAÇÃO DA PLATAFORMA EDITORIAL DA REVISTA

GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

Marcos Cesar Pontes

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO
EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Cecília Leite Oliveira

Diretora

Reginaldo de Araújo Silva

Coordenação de Administração - COADM

Gustavo Saldanha

Coordenação de Ensino e Pesquisa, Ciência e Tecnologia da Informação - COEPPE

José Luis dos Santos Nascimento

Coordenação de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - COPAV

Anderson Itaborahy

Coordenador-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento de Novos Produtos - CGNP

Bianca Amaro de Melo

Coordenadora-Geral de Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados - CGPC

Tiago Emmanuel Nunes Braga

Coordenador-Geral de Tecnologias de Informação e Informática - CGTI

Milton Shintaku

Coordenador de Articulação, Geração e Aplicação de Tecnologia - COTEC



RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO META 02 CRIAÇÃO DE MODELO PARA ATUALIZAÇÃO DA PLATAFORMA EDITORIAL DA REVISTA



Coordenação de Tecnologia para Informação (Cotec)

Brasília

2021

© Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Ibict 2021

EQUIPE TÉCNICA

Diretora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Cecília Leite Oliveira

Coordenador-Geral de Tecnologias de Informação e Informática – CGTI

Tiago Emmanuel Nunes Braga

Coordenador do Projeto

Milton Shintaku

Autores

Milton Shintaku

Gildenir Carolino Santos

Altieres Oliveira Silva

Rebeca dos Santos de Moura

Priscila Rodrigues dos Santos

Alexandre Nunes da Silva

Rafael Fernandez Gomes

Rosilene Paiva Marinho de Sousa

Bernardo Dionízio Vechi

Lucas Rodrigues Costa

Revisão

Flavia Karla Ribeiro Santos

Rafael Teixeira de Souza

Normalização

Ingrid Torres Schiessl

Diagramação e projeto gráfico

Rafael Fernandez Gomes

R382 Relatório de cumprimento meta 02 [recurso eletrônico]: criação de modelo para atualização da plataforma editorial da Revista / Milton Shintaku ... [et al.. Brasília, DF: Ibict, 2021. 44 p.: il.

1. Sistemas de informação. 2. Tecnologia da Informação. 3. Software livre. 4. Gerenciamento de periódicos. 5. OJS. 6. Editoração. I. Shintaku, Milton. II. Santos, Gildenir Carolino. III. Silva, Altieres Oliveira. IV. Moura, Rebeca dos Santos de. VI. Santos, Priscila Rodrigues dos. VII. Silva, Alexandre Nunes da. VIII. Gomes, Rafael Fernandez. IX. Sousa, Rosilene Paiva Marinho. X. Vechi, Bernardo Dionízio. XI. Costa, Lucas Rodrigues. XII Instituto Brasileiro de informação em Ciência da Informação. XIII. Título.

CDU 002:004

CDD 303.4833

Ficha catalográfica elaborada por Ingrid Torres Schiessl CRB1/3084

Este Relatório de Técnico é um produto do Projeto de pesquisa Estudos para atualização tecnológica de ecossistema de informação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Ref. IBICT - Processo SEI nº 01302.000390/2020-38

Ref. FUNDEP 28331

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia ou do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	7
2. OBJETIVOS	8
2.1 OBJETIVO GERAL	8
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
3. RESULTADOS	9
3.1 ATUALIZAR PLATAFORMA	9
3.1.1 Preparação do Ambiente em Contêineres	10
3.1.2 Atualização do OJS 2.4.7.1 para o OJS 3.2.x	11
3.1.3 Migração e atualização do Banco de Dados	11
3.1.4 Migração do sistema de arquivos da revista RDJ	13
3.1.5 Atualização do OJS	13
3.1.6 Revista na versão OJS 3.2.1-3	15
3.1.7 Configurações do GitLab para a Produção	18
3.1.8 Configurações de rotas	18
3.2 CUSTOMIZAR DO AMBIENTE ATUALIZADO	19
3.2.1 Customização da revista	19
3.2.2 Customização da interface	25
3.2.3 Lei Geral de Proteção de Dados	29
3.3 TREINAR EQUIPE NA NOVA VERSÃO	34
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	38
GLOSSÁRIOS DE TERMOS E SIGLAS TÉCNICOS	40

1. INTRODUÇÃO

A Revista de Doutrina Jurídica (RDJ) possui uma longa história, iniciada em 1966 com o título Revista de Doutrina e Jurisprudência (RDJ). Publicada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), a RDJ vem se modernizando, visto o uso cada vez maior do formato digital. Nessa longa trajetória a Revista de Doutrina e Jurisprudência assumiu muitas das características atuais, por meio da Portaria Conjunta 36, de 22 de abril de 2015, que caracterizou a revista com a natureza técnico-científica; o conteúdo especializado, composto de temas da área do direito; e a publicação semestral. Já em 2019, a Portaria Conjunta 108, de 12 de novembro, altera dispositivos da Portaria Conjunta 36 e a comissão científica passa a ser composta pelo Núcleo de Revista do TJDFT (NUREV). A RDJ tem a sua versão digital, implementada com a ferramenta Open Journal System (OJS).

Por meio da Portaria Conjunta 101, de 25 de setembro de 2020, a revista sofreu uma modificação em seu nome, passando a se chamar Revista de Doutrina Jurídica (RDJ), preparando-se para alcançar maior visibilidade no cenário de publicações em Direito. Para tanto, por meio de um projeto de pesquisa com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), a RDJ procura melhorar tecnologicamente a revista, com o ibict analisando, propondo e atualizando o ambiente editorial da revista do TJDFT, criando-se modelo de modernização tecnológica.

A atualização tecnológica transcende a ferramenta, pois requer capacitação da equipe na nova versão e alterações nas políticas editoriais, por isso um projeto de pesquisa, que visa modernizar a revista tanto na ferramenta, como no fluxo editorial, adotando novas práticas e, principalmente, o Digital Object Identifier (DOI), requisito mínimo para tentar galgar novos estratos do Qualis ou mesmo alguns indexadores. Cabe destacar que a revista estava em uma versão muito antiga do OJS, em estrutura incompatível com o ambiente computacional do tribunal, que utiliza contêineres para hospedar os sistemas.

Nesse sentido, o projeto de pesquisa, em sua meta 2, extrapola a simples criação de modelo de atualização do OJS, envolvendo o desenvolvimento de estudos para adaptar o sistema ao padrão de contêineres e atualização, em primeiro passo. Em seguida, estudos para atualização técnica da revista, visando galgar novos estratos do Qualis e novas indexações. Por fim, capacitar a equipe técnica para atuar na revista, atualizada técnica e tecnologicamente.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Criação de modelo para atualização da plataforma editorial da Revista

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Atualizar plataforma
- Customizar do ambiente atualizado
- Treinar equipe na nova versão

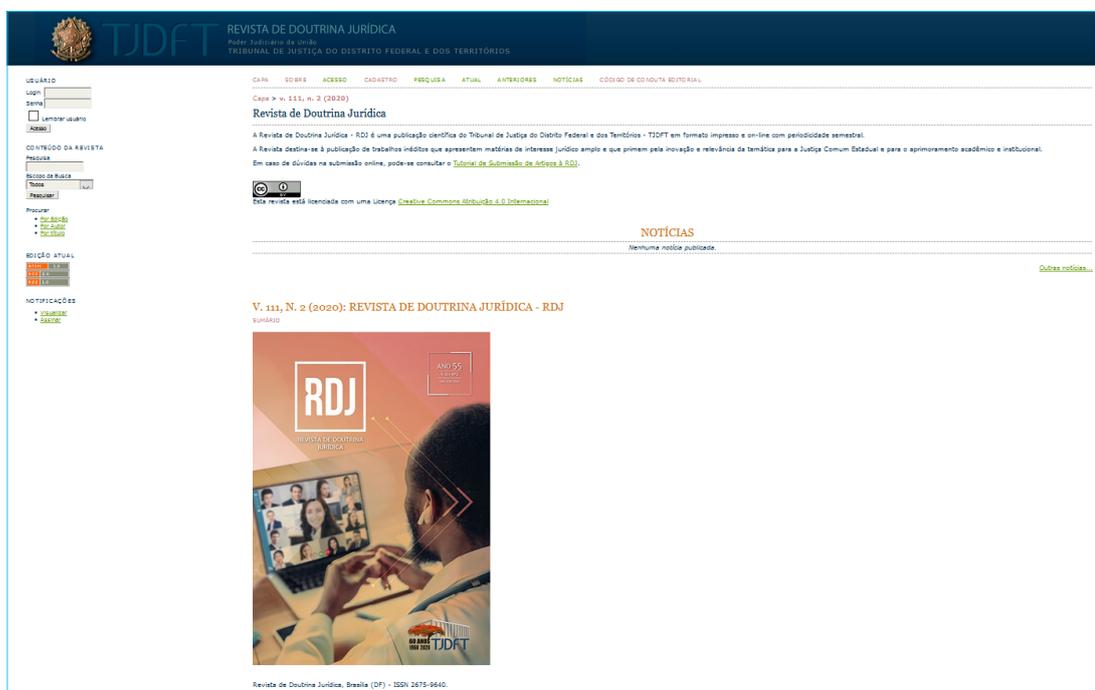
3. RESULTADOS

O projeto de pesquisa firmado entre o TJDFT e o Ibict, tem várias metas, sendo a Meta 2 voltada a atualização técnica e tecnológica da RDJ. Assim, os resultados dos estudos foram obtidos tanto na ferramenta Open Journal System (OJS), quanto na revista RDJ e sua política. Assim, os estudos firmaram-se na criação de um modelo replicável para preparação da infraestrutura voltada à contêineres, adaptação do OJS para ser implementado neste tipo de ambiente, atualização da versão, customização da revista, tanto no software, quanto nas questões editoriais e treinamento da equipe.

3.1 ATUALIZAR PLATAFORMA

A RDJ, inicialmente, estava instalada em ambiente de máquinas virtuais, ambiente tradicional de muitas instituições e órgãos de governo, mesmo que grande parte dos sistemas informatizados do TJDFT já estavam em ambiente padronizados baseado em *containers*. A revista estava instalada em em uma versão muito defasada, a 2.4.7.1¹ como apresentada na figura 3, na medida em que a versão atual do OJS é a 3.x. Assim, era uma instalação antiga do OJS em ambiente despadronizado do TJDFT, o que poderia causar problemas e dificuldades na manutenção e apresentando desafios para a equipe de infraestrutura tecnológica do tribunal.

Figura 1 - Tela inicial da RDJ na versão 2.4.7.1



Fonte: Revista RDJ (2021).

1 Disponível em: <https://revistajuridica.tjdft.jus.br/index.php/rdj>

Conforme apresentado no Relatório de Cumprimento da Meta 1, foi feito um levantamento do cenário da revista, de forma a amparar as atividades da Meta 2, corroborando com as previsões dos seus objetivos. Assim, verificou-se a necessidade de colocar a revista em ambiente padronizado do TJDFT em contêineres, criação e ambiente de homologação, atualização de versão, customização técnica e tecnológica e, por fim, treinar a equipe. Da mesma forma, gerar documentação técnica e científica, para disseminação dos resultados de pesquisa.

3.1.1 Preparação do Ambiente em Contêineres

Ambientes de Contêineres têm sido tendência no contexto de infraestrutura de informática, visto as suas funcionalidades para gestão de aplicativos, ajudando na manutenção, alteração, versionamento e outros, na medida em que os sistemas têm se tornado cada vez mais complexo, com oferta, cada vez maior, de serviços. Da mesma forma que promove segurança, na medida em que empacota e isola as aplicações uma das outras, tornando mais fácil migrar, atualizar ambiente e outros.

Para começar a implementação da revista em ambiente de contêineres, foi preciso preparar o ambiente, com a criação de um repositório de versionamento de código (*Gitlab*), para os códigos fontes do OJS. O repositório *Gitlab* da RDJ², com o OJS na versão inicial da revista, está acessível somente de dentro da rede do TJDFT, sendo o ponto inicial para a atualização. Assim, o repositório *Gitlab* da RDJ inicia com uma cópia dos códigos fontes iniciais da revista.

Depois, para transformar um ambiente em máquina virtual para *containers*, foi necessário a elaboração de uma imagem *docker*, representada por um arquivo de configuração chamado *Dockerfile*. Neste arquivo são definidos as especificações da imagem, isto é, como ela deverá ser construída e comandos necessários para sua correta configuração. O Quadro 1 apresenta o arquivo de configuração da imagem da revista na versão 2.4.7.1.

2 Disponível em: <https://gitlab.tjdft.jus.br/externos/ibict/open-journal-systems/-/tree/master>

Quadro 1 - Dockerfile da revista versão 2.4.7.1

```

FROM debian:stretch-slim

MAINTAINER lucasrc <03587159114@prestador.tjdft.jus.br>

RUN apt-get update && \
    apt-get install -y apache2 php libapache2-mod-php php-mysql && \
    apt-get clean && \
    rm -rf /var/www/html/index.html

COPY ./jessie.list /etc/apt/sources.list.d/jessie.list

RUN apt-get update && \
    apt-get install -y php5 php5-mysql vim && \
    rm -rf /etc/apache2/mods-enabled/php7* && \
    ln -s ../mods-available/php5.load /etc/apache2/mods-enabled/ && \
    ln -s ../mods-available/php5.conf /etc/apache2/mods-enabled/ && \
    rm -rf /var/www/html && \
    ln -s /mnt/ojs-public-html_legacy/ /var/www/html && \
    sed -i '13 a \\tSetEnvIf X-Forwarded-Proto "https$" HTTPS=on' /etc/
apache2/sites-enabled/000-default.conf

ENTRYPOINT ["/usr/sbin/apache2ctl", "-D", "FOREGROUND"]
#ENTRYPOINT /etc/init.d/apache2 start && /bin/bash

ENV APACHE_LOCK_DIR="/var/lock"
ENV APACHE_PID_FILE="/var/run/apache2.pid"
ENV APACHE_RUN_USER="www-data"
ENV APACHE_RUN_GROUP="www-data"
ENV APACHE_LOG_DIR="/var/log/apache2"

LABEL Description="Webserver"

EXPOSE 80

```

Fonte: Elaboração dos autores (2021).

O arquivo de configuração define as regras de implementação que o *Openshift* envia para o *Kubernetes*, que implementa a instância, denominada de POD, que executará o sistema em container. Um POD é a menor unidade de aplicação *Kubernetes*, podendo ser composto por um ou mais *containers* fortemente acoplados, de forma a compartilhar acessos.

3.1.2 Atualização do OJS 2.4.7.1 para o OJS 3.2.x

Geralmente, em ferramentas informatizadas, a mudança numérica de versão indica grandes alterações. No caso de pequenas mudanças, basta um novo release. Deste modo, o OJS 3.2 é uma versão significativamente diferente da sua antecessora, o OJS 2.4. A nova versão representa um novo leiaute, com maior usabilidade e funcionalidades, bem como mudanças estruturais na arquitetura do código-fonte. As seções a seguir mostram as etapas realizadas para a atualização da revista RDJ para o OJS 3.

3.1.3 Migração e atualização do Banco de Dados

A primeira etapa feita foi a realização de uma cópia completa do banco de dados (*dump*) da revista na versão 2.4.7.1, de forma a possibilitar criar um clone da revista em ambiente de homologação. Neste *dump*, estão

todas as informações armazenadas no banco da RDJ. Geralmente, no gerenciador de banco MySQL, padrão do OJS, O *dump* é realizado com o seguinte comando:

```
$ mysqldump -u revistajuridica -p<senha> -h <host> --skip-set-charset --default-character-set=latin1 revistajuridica > banco.sql
```

Com esse arquivo *dump* é possível recriar a revista no servidor de homologação, entretanto, como ocorre a mudança de servidor, para o de homologação, será necessário ajustar todas as URLs contidas no banco de dados. O comando de ajuste é o seguinte:

```
$ sed -e 's/<url antiga>/<url nova>/g' -i banco.sql
```

A indicação padrão de codificação de caracteres (*Charset*) do OJS é UTF-8, que facilita a sua internacionalização, visto ter traduções em diversos idiomas. Entretanto, no *Dump* recebido, notou-se que os *Charsets* do arquivo de banco estavam em desacordo com o padrão esperado. O *Dump* possuía a codificação Latin1, sendo o esperado o UTF-8. Dessa forma, eles foram ajustados com os comandos:

```
$ sed -e 's/SET NAMES latin1/SET NAMES utf8/g' -i banco.sql
$ sed -e 's/CHARSET=latin1/CHARSET=utf8/g' -i banco.sql
$ sed -e 's/COLLATE=latin1_general_ci/COLLATE=utf8_general_ci/g' -i banco.sql
```

Com o *dump* da base de dados da revista corrigido na sua codificação (**banco.sql**) foi preciso criar um nova base de dados para ser utilizado na nova versão da revista (revistajuridica). Esta nova base de dados receberá os dados contidos no *dump* corrigido. Para isso, os seguintes comandos em uma interface de comandos *mysql*:

```
mysql> DROP DATABASE revistajuridica;
mysql> CREATE DATABASE revistajuridica DEFAULT CHARACTER SET utf8 COLLATE
utf8_general_ci;
mysql> exit
```

É preciso criar uma cópia da base de dados original da revista na Versão OJS 2.7.1 para replicar a revista. Assim, para carregar os dados contidos no *dump* corrigido (banco.sql) na nova base de dados (revista jurídica), após a criação da base, de forma a ter uma cópia da base de dados da revista na versão OJS 2.7.1 em ambiente de container, pode-se utilizar o seguinte comando:

```
$ mysql -u root -p<senha> -h <host> --default-character-set=utf8 revistaju-
ridica < banco.sql
```

Foi verificado que alguns registros aparecem duplicados. Desta forma, alguns ajustes ainda foram necessários, como a deleção de elementos repetidos da tabela **review_rounds**. Primeiro, os elementos devem ser identificados com um **SELECT** dentro da interface de comando do *mysql*:

```
SELECT rr.* FROM review_rounds as rr WHERE rr.review_round_id NOT IN (SELECT MIN(rrr.review_round_id) FROM review_rounds as rrr GROUP BY rrr.submission_id, rrr.round);
```

Posteriormente, os elementos duplicados devem ser deletados, por meio do comando **DELETE**, executado na interface de comando do *mysql*:

```
DELETE FROM review_rounds WHERE review_round_id IN (XXX,YYY);
```

O agrupamento (*collation*) das tabelas ainda precisa ser consertado. Para isso foi utilizado o **PHPmyAdmin** para consertar o agrupamento de todas as tabelas e de cada coluna de cada tabela. O novo agrupamento do banco recomendado para esta revista é **uf8mb4_0900_as_cs**.

Após essas etapas, o banco de dados da revista na versão 2.4.7.1 está pronto para ser atualizado para as novas versões do OJS.

3.1.4 Migração do sistema de arquivos da revista RDJ

Após conseguir acesso ao volume (disco rígido) da revista RDJ em produção, é necessário copiar as pastas que compõem o sistema de arquivos da revista para o container da revista em atualização. As pastas são **ojs-2.4.7-1/**, que contém arquivos de sistema do OJS, e a **files/** que contém os arquivos das submissões dos autores para a revista.

Após a cópia, as permissões das pastas são configuradas e agora os arquivos estão prontos para atualização para as novas versões do OJS. A seguir são apresentados um exemplo dos comandos utilizados na cópia e configuração de permissão das pastas dos sistema de arquivos da revista:

```
$ cp -r -v /media/ojs-2.4.7-1/* /mnt/ojs-public-html_legacy/  
$ cp -r -v /media/files/* /mnt/ojs-files/  
$ chown -R www-data:www-data /mnt/ojs-public-html_legacy/  
$ chown -R www-data:www-data /mnt/ojs-files/
```

3.1.5 Atualização do OJS

Foram realizadas várias tentativas de atualização do OJS da revista RDJ, verificando que, por conta da grande diferença entre a versão inicial e a final, não seria possível um único processo. Dessa forma, optou-se por uma atualização escalonada, no qual foram executados três processos de atualização, da seguinte forma:

Versão 2.4.7.1 para 3.0.2-1: Versão inicial para a versão 3.0 no seu último release;

Versão 3.0.2-1 para 3.1.2-4: Versão 3.0 para a versão 3.1 em seu último release;

Versão 3.1.2-4 para 3.2.1-3: Versão 3.1 para a versão mais atual do OJS, versão 3.2.1.

A seguir são apresentadas cada etapa da atualização.

3.1.5.1 Versão 2.4.7.1 para 3.0.2-1

Os arquivos de instalação do OJS usados para atualização são baixados diretamente do site da PKP³, seguindo as orientações padrão para atualização. O arquivo de instalação da versão 3.0.2-1 possui o *patch* de correção⁴ que deve ser aplicado para uma correta atualização da versão 2.4.X. Segundo a PKP, isso é um *bug* da versão do OJS.

Após a aplicação do *patch* deve-se ajustar às diretivas do arquivo **config.inc.php** em relação aos parâmetros de banco de dados e o caminho da pasta de arquivos **/files**. Assim, deve-se executar os comandos a seguir:

```
$ vim html/config.inc.php
installed = Off
$ chown -R www-data:www-data html
$ cd html
$ php tools/upgrade.php upgrade
$ vim config.inc.php
installed = On
```

Finalmente, após a execução dos comandos, o OJS estará na versão 3.0.2-1.

3.1.5.2 Versão 3.0.2-1 para 3.1.2-4

Para a atualização da versão 3.0.2-1 para 3.1.2-4, utiliza-se o arquivo de instalação da versão 3.1.2-4⁵. Ajusta-se às diretivas do arquivo **config.inc.php** em relação aos parâmetros de banco de dados e o caminho da pasta de arquivos **/files**. Assim, deve-se executar os comandos a seguir:

```
$ vim html/config.inc.php
installed = Off
$ chown -R www-data:www-data html
$ cd html
$ php tools/upgrade.php upgrade
$ vim config.inc.php
installed = On
```

3 Disponível em: https://pkp.sfu.ca/ojs/ojs_download/

4 Disponível em: <https://github.com/pkp/pkp-lib/commit/30ec68f59917a605aea59e56e53bc0d0ced743c1>

5 Disponível em: https://pkp.sfu.ca/ojs/ojs_download/

Assim, após a execução dos comandos, o OJS estará na versão 3.1.2-4.

3.1.5.3 Versão 3.1.2-4 para 3.2.1-3

Finalmente, para a atualização da versão 3.1.2-4 para 3.2.1-3, utiliza-se o arquivo de instalação da versão 3.2.1-3⁶. Ajusta-se às diretivas do arquivo **config.inc.php** em relação aos parâmetros de banco de dados e o caminho da pasta de arquivos **/files**. Assim, deve-se executar os comandos a seguir:

```
$ vim html/config.inc.php
installed = Off
$ chown -R www-data:www-data html
$ cd html
$ php tools/upgrade.php upgrade
$ vim config.inc.php
installed = On
```

Por fim, após a execução dos comandos, o OJS estará na versão 3.2.1-3.

3.1.6 Revista na versão OJS 3.2.1-3

Com a revista atualizada para a última versão do OJS, cria-se um arquivo de configuração de imagem *docker* para a correta implantação no ambiente de Homologação do TJDF. Um exemplo de configuração *Dockerfile* é apresentado no Quadro 2.

6 Disponível em: https://pkp.sfu.ca/ojs/ojs_download

Quadro 2 - Dockerfile da revista versão 3.2.1-3.

```

FROM debian:buster-slim

MAINTAINER lucasrc <03587159114@prestador.tjdft.jus.br>

COPY ./site /var/www/html

RUN apt-get update && \
    apt-get install -y apache2 && \
    apt-get install -y php libapache2-mod-php php-cli php-common php-mbstring php-gd php-intl php-xml php-mysql php-zip php-json vim && \
    apt-get clean && \
    rm -rf /var/www/html/index.html && \
    chown -R www-data:www-data /var/www/html && \
    sed -i '13 a \\tSetEnvIf X-Forwarded-Proto "^https$" HTTPS=on' /etc/apache2/sites-enabled/000-default.conf && \
    rm -rf /var/www/html/public && \
    rm -rf /var/www/html/plugins && \
    ln -s /mnt/ojs-plugins/ /var/www/html/plugins && \
    ln -s /mnt/ojs-public-images/ /var/www/html/public && \
    chown -R www-data:www-data /var/www/html/plugins && \
    chown -R www-data:www-data /var/www/html/public && \
    ln -sf /proc/self/fd/1 /var/log/apache2/access.log && \
    ln -sf /proc/self/fd/1 /var/log/apache2/error.log

ENTRYPOINT ["/usr/sbin/apache2ctl", "-D", "FOREGROUND"]
#ENTRYPOINT /etc/init.d/apache2 start && /bin/bash

ENV APACHE_LOCK_DIR="/var/lock"
ENV APACHE_PID_FILE="/var/run/apache2.pid"
ENV APACHE_RUN_USER="www-data"
ENV APACHE_RUN_GROUP="www-data"
ENV APACHE_LOG_DIR="/var/log/apache2"

LABEL Description="Webserver"

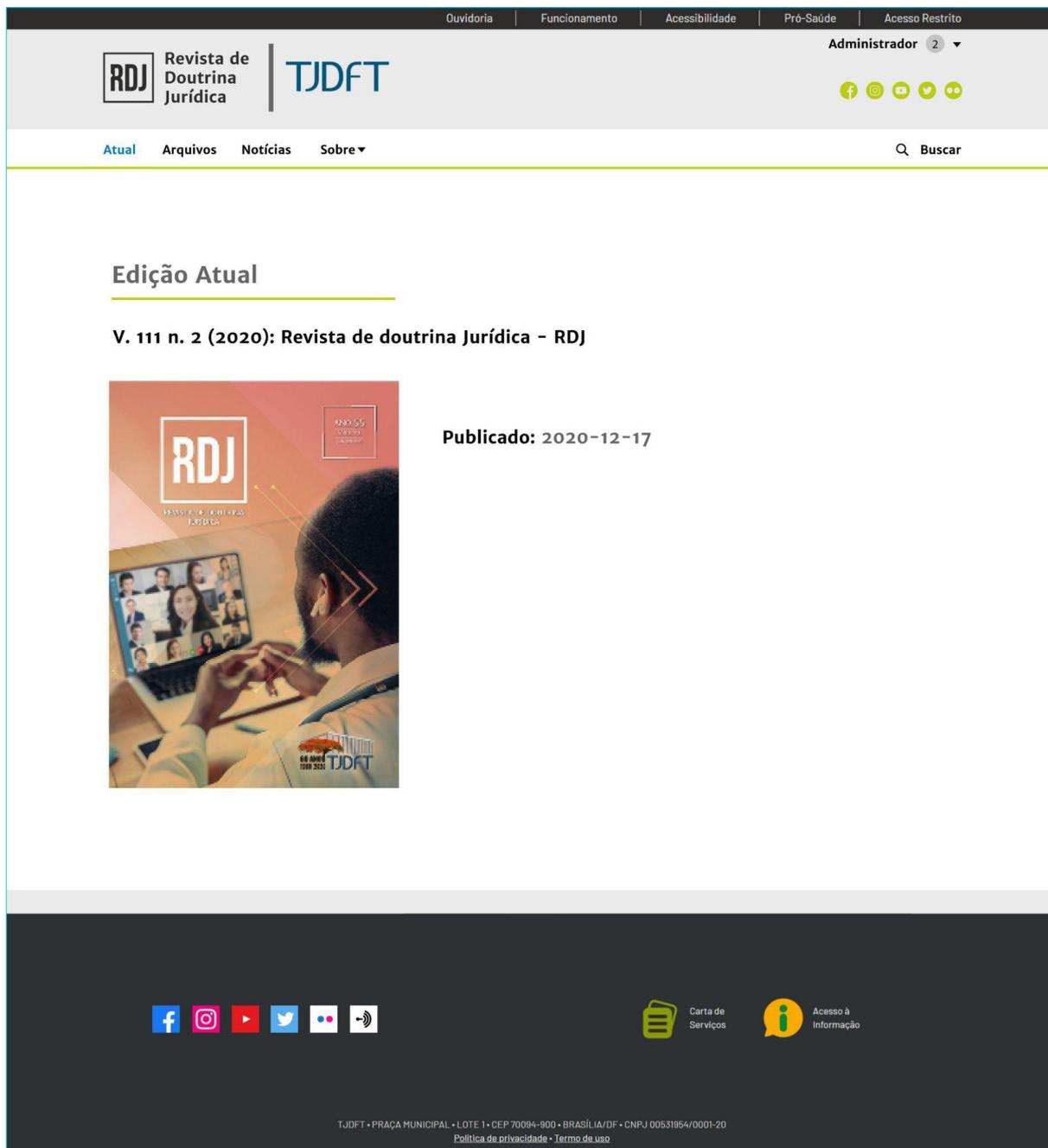
EXPOSE 80

```

Fonte: Elaboração dos autores (2021).

Por fim, a tela inicial da revista RDJ é mostrada na Figura 2 e seu endereço, acessível somente de dentro da rede do TJDFT⁷.

Figura 2 - Tela inicial da RDJ na versão 3.2.1-3



Fonte: Revista RDJ (2021).

7 Disponível em: <https://ibict-ojs.apps.tjdft.jus.br/index.php/rdj>

3.1.7 Configurações do GitLab para a Produção

No GitLab, o ramo principal (*branch master*) mantém os códigos versionados do ambiente *staging* enquanto as *tags* se referem ao ambiente *production*. A *tag* é necessária para que o *OpenShift* detecte a criação de um container no ambiente de produção.

Para criar a *tag*, o seguinte comando de exemplo é utilizado:

```
git tag -a v1.0 -m "Versão 1.0"
```

Para publicar a *tag* no git, o seguinte comando é utilizado:

```
git push origin v1.0
```

Esses passos criam uma versão tagueada, usada pelo sistema em produção. Após a criação da *tag*, o pipeline de CI/CD é ativado no GitLab, a leitura do *DockerFile* definido no código é realizada, a imagem *Docker* é construída, a imagem é enviada para o Registry (repositório de *containers*) e o *OpenShift* busca a imagem no Registry e usa o *Kubernetes* para criar os hosts (REDHAT, [201-]a; REDHAT, [201-]b).

3.1.8 Configurações de rotas

Para que o ambiente de produção seja disponibilizado ao usuário final em um endereço externo, é necessária uma configuração nas rotas do *OpenShift*. As orientações estão a disposição no seguinte endereço:

<https://gitlab.tjdft.jus.br/infraestrutura/openshift/integracao/dns>

Primeiramente, deve-se criar uma rota segura para a aplicação. Uma rota segura usa TLS/HTTPS. Uma rota é uma referência ao serviço do POD, que deve expor uma determinada porta.

Nas configurações do *OpenShift* os tipos de *Termination* de uma rota atualmente são: *Edge*, *Reencrypt* ou *Passthrough*. A recomendação da equipe de infraestrutura do TJDFT foi para usar a terminação *Edge*.

Uma rota segura é publicada com HTTPS (porta 443) ou possui redirecionamento das requisições de HTTP (porta 80) para HTTPS (porta 443), como mostra o vídeo no endereço (acessado na rede interna):

<https://drive.tjdft.jus.br/index.php/s/D7dYX65pNi3ggAs>

Após a criação da rota, deve-se usar o cliente OC para expor a rota para a Internet. Inicialmente, é necessário identificar o nome da rota, dessa forma o seguinte comando é usado:

```
oc get route
```

Com o identificador (id) da rota em mãos, deve-se expor a rota com o comando:

```
oc label route <id_da_rota> -n <nome_do_projeto> "environment=internet"
```

Com isso a aplicação estará disponível no ambiente de produção externo e acessível aos usuários finais.

3.2 CUSTOMIZAR DO AMBIENTE ATUALIZADO

A utilização do servidor de homologação foi crucial ao projeto, visto que todas as atividades de atualização e customização foram realizadas primeiramente e só, posteriormente à aprovação pela equipe editorial do TJDF, foi levado para a produção. Neste sentido, os ajustes se concentraram em três grandes grupos de atividades, voltadas a customização da revista, da sua interface e para atender a Lei Geral de Proteção de Dados, visto que os ajustes na ferramenta foram feitos na atualização.

3.2.1 Customização da revista

A customização da revista foi uma das metas do projeto, visto a significativa mudança do OJS entre as versões 2 e 3. Entretanto, grande parte dos ajustes foram para adequar a revista aos critérios necessários para atender a indexadores e estar em conformidade com padrões mais modernos na editoração científica. Com essa customização, os itens necessários para a localização e apresentação da revista foram destacados no site incluindo-se desde o regimento até às diretrizes de políticas, solicitadas por grande parte dos indexadores, taxas de publicação, código de conduta, processo de revisão por pares, lista dos pareceristas localizados para a composição dos mesmo na aba **SOBRE** da revista.

Conforme apresentado na figura x, a aba Sobre ganhou novos itens, de forma a apresentar todas as informações principais da revista. Todos os itens constantes nesta aba foram revisados, sendo que alguns foram criados e outros ajustados em seu conteúdo. Assim, completou-se a oferta de informações da RDJ, visto que na versão antiga faltavam muitas informações necessárias nesta aba.

Figura 3 - Composição da aba SOBRE da revista



Fonte: Revista RDJ (2021).

O quadro 3, apresenta a descrição dos itens da aba Sobre, constante do menu principal da RDJ. Da mesma forma que revela se foi um item novo, ou ajustado, com base nas informações existentes na antiga versão. Todo esse processo de criação ou ajustes das informações da aba Sobre foi feita em conjunto com a equipe editorial da RDJ, de forma a estar de acordo com as premissas da revista.

Quadro 3 - Descrição do conteúdo da aba SOBRE da revista

Item	Descrição
Sobre a Revista	<p>Nesta área foram reformuladas as informações sobre a revista permitindo a visualização de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Foco e Escopo: especialidade e função do periódico. • Periodicidade: informação sobre a modalidade de publicação contínua, a partir do volume 112 de 2021. • Histórico do periódico: breve informação da origem do periódico. • Catalogação na publicação: elaboração da ficha catalográfica por um profissional bibliotecário com os dados do periódico.
Submissões	<p>Neste campo foram reformuladas as condições de submissão, e incluídas as orientações para os autores de forma clara e objetiva, além de informar a política de seção da revista.</p>
Política de privacidade	<p>A política de privacidade foi revista e mantido o texto original que foi incluído quando foram feitas as alterações de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados</p>
Política de direitos autorais	<p>Na Política de direitos autorais, foi feita uma adaptação com o texto já existente, acrescentando informações utilizadas como padrão nas revistas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • “A Revista Doutrina Jurídica utiliza a licença do Creative Commons (CC), preservando assim, a integridade dos artigos em ambiente de acesso aberto. A revista permite que o autor retenha os direitos de publicação sem restrições. O(s) autor declara(m) que o trabalho é original e inédito, não tendo sido submetido à publicação em qualquer meio de divulgação, especialmente em outro periódico, nacional ou internacional, quer seja em parte ou na íntegra. Caso aprovada e selecionada, fica autorizada a publicação da produção na Revista de Doutrina Jurídica – RDJ, a qual não se responsabiliza pelas opiniões, ideias e conceitos emitidos nos textos, por serem de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es). A publicação do artigo implica transferência gratuita dos direitos autorais à Revista, nas versões eletrônica e impressa, conforme permissivo constante do artigo 49 da Lei de Proteção de Direitos Autorais (Lei 9.610, de 19/02/98), e que a não observância desse compromisso submeterá o infrator a sanções e penas previstas no mesmo diploma legal.”

Item	Descrição
Política de acesso aberto	<p>Nesta área foi utilizada um texto padrão geralmente informada na maioria das revistas, com pequenas alterações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • “A Revista Doutrina Jurídica é uma publicação de Acesso Aberto, o que significa que todo o conteúdo está disponível gratuitamente, sem custo para o usuário ou sua instituição. Os usuários podem ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou vincular os textos completos dos artigos, ou usá-los para qualquer outra finalidade legal, sem solicitar permissão prévia do editor ou do autor, desde que respeitem a licença de uso do Creative Commons utilizada pelo periódico. Esta definição de acesso aberto está de acordo com a Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste (BOAI).”
Política de arquivamento	<p>A mesma forma foi utilizada nesta área, usado texto padrão, com pequenas correções:</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Como Política de Arquivamento, este periódico usa o sistema LOCKSS, desenvolvido pela Universidade de Stanford, para criar um arquivo distribuído entre as bibliotecas participantes. O sistema permite que essas bibliotecas criem arquivos permanentes do periódico para fins de preservação e restauração. Mais informações em http://lockss.org. • Por usar o sistema de gestão da revista, o OJS - Open Journal System, a Revista de Doutrina Jurídica está registrada e incluída na Rede de Preservação do PKP (PKP PN) • O periódico está incluído também, em Diretórios de Políticas Editoriais, como o Diadorim.”
Taxa de publicação	<p>Como a publicação é um periódico de acesso aberto, e não cobra-se para publicar artigos ou utiliza APC, é exigido por alguns indexadores que esta informação seja destacada na publicação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • “A Revista de Doutrina Jurídica não cobra nenhuma taxa (APC) por textos publicados e tampouco pelos submetidos para avaliação, revisão, publicação, distribuição ou download. A publicação é totalmente gratuita e de acesso aberto.”
Código de conduta	<p>O código de conduta visa apresentar o apoio de padrões de comportamento ético esperado para todas as partes envolvidas na publicação, tais como: o autor, o editor da revista, o dos revisores e do publisher da revista. (texto muito longo. Poderá ser visto no site: https://revistajuridica.tjdf.tj.jus.br/index.php/rdj/ethics)</p>

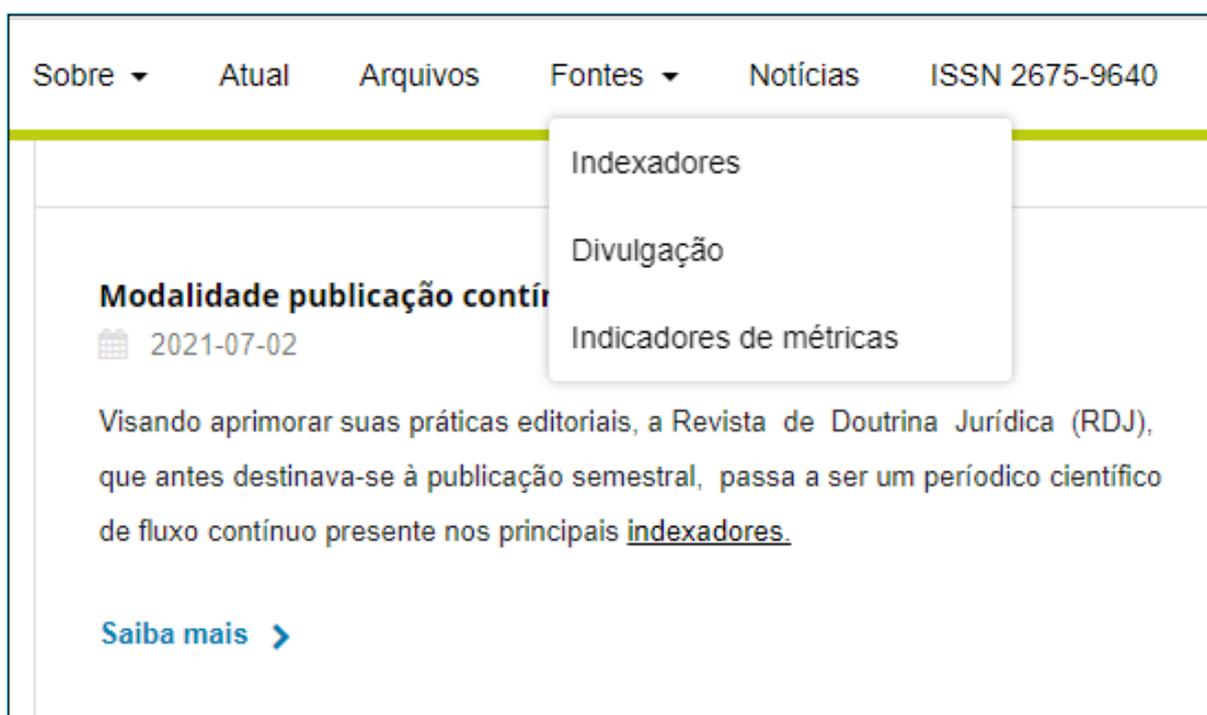
Item	Descrição
Processo de revisão por pares	<p>Este processo tem que estar visível não somente para os usuários que pretendem realizar submissões e entender como é feita a revisão, mas também que é questionada muito pelos indexadores, por isso exige detalhes quanto a realização do processo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • “A Revista de Doutrina Jurídica define na sua política editorial os seguintes critérios para o processo de avaliação: adequação ao foco e escopo da revista e as normas técnicas (ABNT), gramaticais e formais da revista, relevância, conteúdo, coerência textual, consistência teórico-metodológica. • O processo de avaliação consiste em três etapas, a saber: <ul style="list-style-type: none"> » Análise preliminar dos editores e assistente editorial para verificar a adequação às instruções gerais definidas pela política editorial; » Análise preliminar dos editores quanto ao foco e escopo da revista, bem como à relevância e contribuição do texto; » Encaminhamento para avaliação duplo-cega. • Os artigos que chegarem à terceira etapa do processo de avaliação serão enviados aos pareceristas (no mínimo dois) cujos nomes permanecerão em sigilo, bem como os nomes dos(as) autores(as) serão omitidos dos pareceristas garantindo, assim, o critério duplo-cego (<i>blind review</i>). Em hipótese alguma os(as) autores(as) poderão ser identificados pelos pareceristas. Assim, é indispensável, ao submeter o artigo no sistema, a observação da garantia do anonimato excluindo-se qualquer referência explícita aos autores(as) tais como: citação de nome, referência a trabalhos de autoria ou coautoria publicados. • Os pareceristas, por meio de um parecer redigido em formulário próprio da revista, recomendarão uma dentre três opções: <ul style="list-style-type: none"> » Aceitação integral sem modificações » Aceitação parcial com modificações » Recusa do manuscrito”
Pareceristas	<p>Os pareceristas estavam informados dentro da equipe editorial, e como não são da equipe, e sim pareceristas <i>ad-hoc</i>, precisaria ter destaque, elaborando-se uma aba específica para informar os anos de avaliações e relacionar o avaliar e sua instituição, como foi feito:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pareceristas <ul style="list-style-type: none"> » 2020 » 2019 » 2018
Equipe editorial	<p>Realizamos os ajustes e correções da equipe editorial acrescentando links para o ORCID e Lattes, além de destacar a nomenclatura correta de acordo com a literatura científica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Editor-chefe • Editores Associados • Comissão Editorial Executiva • Corpo Editorial Científico • Corpo Editorial Científico (nacional e internacional)

Item	Descrição
Contato	O contato foi corrigido o endereço, deixando de forma padronizada na escrita.
Regimento	O regimento da revista foi revisado pela equipe do Projeto, e repassado para a gerência do NUREV com a intenção de validar os ajustes e possível publicação de novo regimento revisado. No site hoje foi mantido o antigo para consulta.

Fonte: Revista RDJ (2021).

Essa customização, também permitiu dar destaque para a composição da aba das **FONTES**, tais como: indexadores, divulgadores e indicadores de métricas por meio de um item específico na barra de navegação do site, permitindo identificar em quais fontes a revista está indexada, divulga e possui métricas, de acordo com a figura 4 a seguir:

Figura 4 - Composição da aba FONTES da revista



Fonte: Revista RDJ (2021).

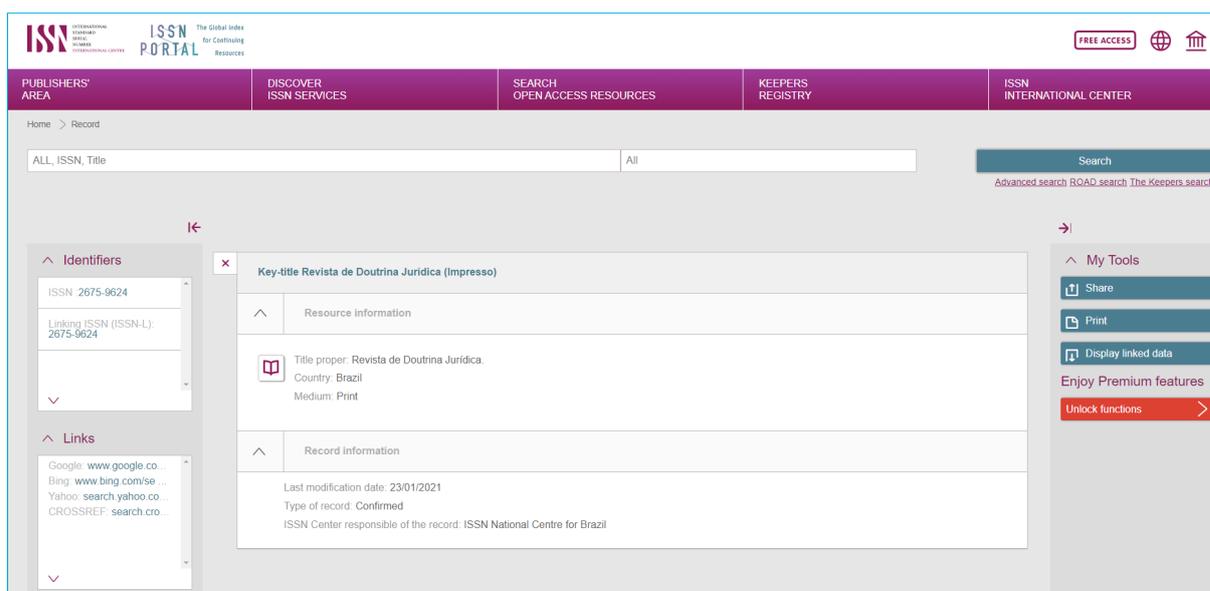
Outro item importante foi o destaque para o ISSN da revista, na página de navegação, pois esse identificador é importante para localização da revista em vários sistemas de informação, e também para localização imediata do periódico quando se submete a um indexador, e tendo ele em destaque e navegável no site, facilita muito a vinculação das informações pesquisadas em sistemas, como é o caso com o Portal do ISSN onde apresentará todas as informações sobre a revista catalogadas (figura 5 e 6).

Figura 5. Ilustração da localização do ISSN



Fonte: Revista RDJ (2021).

Figura 6 - Portal do ISSN identificando a Revista de Doutrina Jurídica



Fonte: Revista RDJ (2021).

Aparentemente, além dessas informações mencionadas acima, a customização trouxe ajustes e melhorias significativas para a navegabilidade do site e interação com os usuários e leitores. Todas as informações inseridas na customização da revista contribuíram para a facilidade e localização da revista em todos os aspectos técnicos e administrativos.

3.2.2 Customização da interface

O OJS foi projetado para reduzir o tempo e energia dedicados às tarefas administrativas associadas à edição de um periódico, melhorando a manutenção de registros e a eficiência dos processos editoriais. O sistema destina-se não só a otimizar a publicação destes periódicos, mas também a reduzir os custos e o tempo de publicação, objetivando fornecer aos leitores o “acesso aberto” ao conteúdo da revista.

A customização de *layout* no OJS significa alterar um tema, que controla a aparência do jornal ou revista, incluindo as cores, o *layout* e a tipografia. Um tema é um tipo de plugin para OJS 3 que permite substituir os arquivos de modelo padrão e adicionar seu próprio CSS. A ferramenta de temas utilizada no OJS 3 segue práticas comuns para substituir modelos e injetar estilos CSS similares a outras plataformas de gerenciamento de conteúdo, como WordPress ou Drupal.

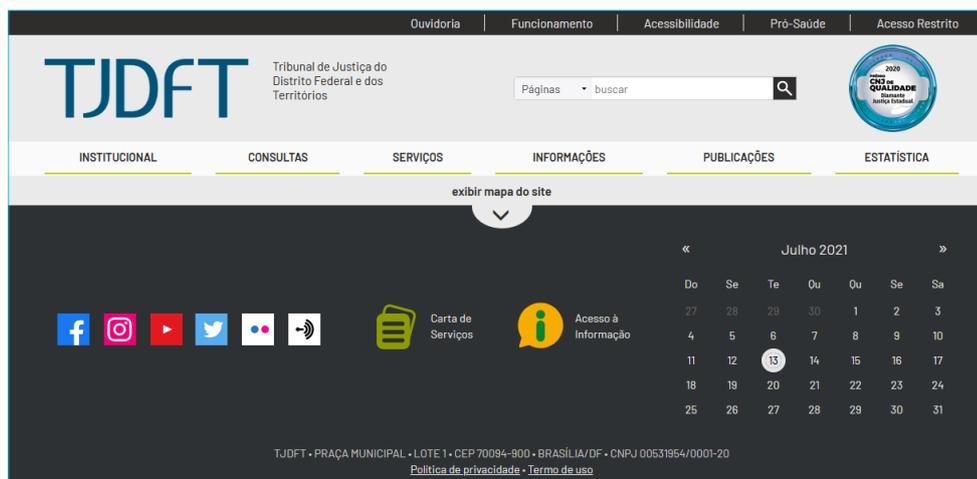
Os temas são instalados no diretório `/plugins/themes/` na instalação do OJS. De início, o sistema vem com um tema padrão base que pode ser modificado. Cada arquivo de modelo do tema usado para o *front-end* da revista fica guardado em um diretório especial que é mantido separado dos arquivos de modelo usados para alimentar o *back-end* da revista e a interface editorial. Isso permite que o *front-end* seja customizado com mais segurança sem afetar o *back-end* e reduz significativamente a quantidade de trabalho necessária para construir um tema personalizado.

Para customização do tema utilizado na revista RDJ, foi utilizado como base o tema padrão do OJS 3, que é projetado para funcionar para uma ampla gama de usuários. Este tema emprega um estilo de design simples e direto que é fácil de adaptar para atender às necessidades de qualquer instituição garantindo um conteúdo versátil e fácil de acessar.

A partir do tema padrão, escolheu-se um *layout* simples e descomplicado com uma paleta de cores neutras inspirada nas cores utilizadas na revista RDJ na versão OJS 2.x, isto é, antes da atualização. Dessa forma, se tornou mais fácil adaptar e customizar o tema para a versão 3.x com apenas algumas mudanças simples na cor e na tipografia em uso.

Além da inspiração no *layout* da versão anterior da revista, buscou-se seguir o padrão adotado no portal do TJDFT⁸, conforme mostrado na Figura 7. O padrão do portal apresenta o cabeçalho em cor cinza, a logo em cor azul, com detalhes verdes no menu e o rodapé é cinza escuro indicando as redes sociais à esquerda, links de acesso ao governo federal no centro e um calendário à direita.

Figura 7 - Padrão usado no portal do TJDFT

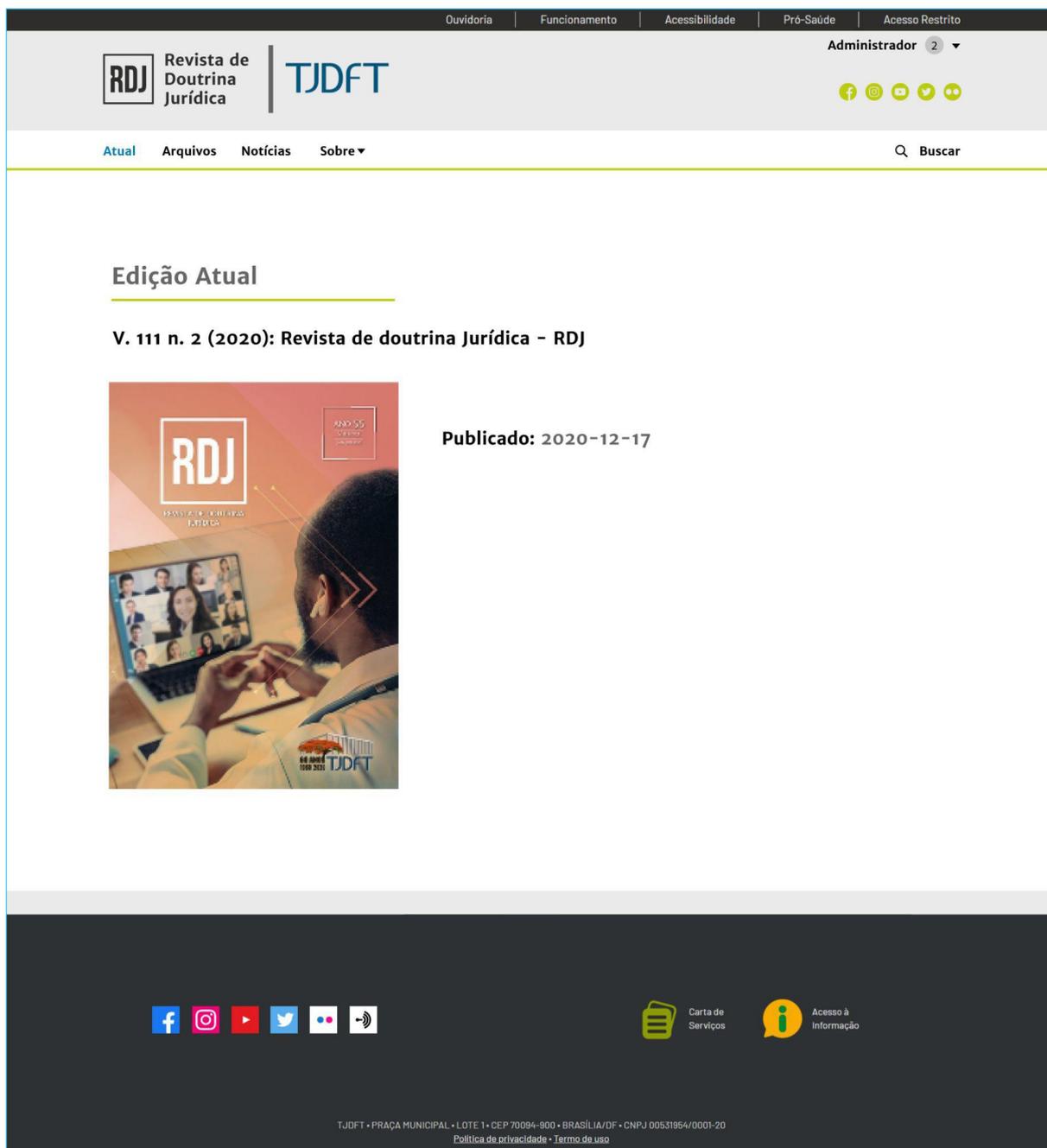


Fonte: Captura de tela do portal do TJDFT (2021).

8 Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/>

Tendo em vista o tema padrão do OJS 3 e o padrão de design adotado no portal do TJDFT, uma primeira proposta foi submetida à equipe do TJDFT para aprovação. A proposta está apresentada na Figura 8, nela, o cabeçalho segue o padrão do TJDFT com fundo cinza e logo azul, além de destaques em verde para os menus e o rodapé é semelhante ao do portal do TJDFT com exceção da exibição do calendário, que não se adequa ao propósito da revista.

Figura 8 - Padrão usado no portal do TJDFT



Fonte: Captura de tela da página inicial do portal da RDJ (2021).

Com a aprovação da proposta, começou-se a elaboração das customizações do tema. Esta etapa envolve conhecimentos de desenvolvimento *web*, *design web* e *UX (user experience)*. Assim, além de estudos das melhores práticas de programação, o entendimento de CSS, JavaScript, PHP e HTML é essencial para o desenvolvimento do tema.

Dentro da pasta `/site/lib/pkp/templates/frontend/components`, os seguintes arquivos foram modificados para refletir a proposta de modelo aprovada:

- `headerHead.pl`
- `header.pl`
- `footer.pl`

O primeiro arquivo (`headerHead.pl`) refere-se ao cabeçalho do HTML, onde são declaradas as importações de arquivos CSS e JavaScript. No segundo arquivo (`header.pl`), são definidos os elementos do cabeçalho da revista, como imagem de logo, o menu e os botões de redes sociais. Por fim, no terceiro arquivo (`footer.pl`) são definidos os itens presentes no rodapé.

Além desses arquivos, o CSS que dita as informações de cores, design e *layout*, fica armazenado em `/public/journals/1/styleSheet.css`. Porém, para usá-lo corretamente é necessário uma configuração que será apresentada na Seção 4.

Na pasta `/public/journals/1/` são inseridas as figuras utilizadas no restante do *layout*. O acesso a estes arquivos pode ser feito pelo no GitLab do projeto no endereço:

- <https://gitlab.tjdft.jus.br/externos/ibict/open-journal-systems/-/tree/master/site/public/journals/1>.

Todas as modificações do tema foram versionadas no GitLab do OpenShift, disponível no endereço (acessado somente na rede interna):

- <https://gitlab.tjdft.jus.br/externos/ibict/open-journal-systems/>

Cada alteração na customização é refletida em um *commit* que contém os arquivos e as linhas modificadas em questão. O *commit* também armazena a inserção das imagens usadas no tema. A seguir, no Quadro 4, são mostrados os *commits* no GitLab referentes à customização do tema.

Quadro 4 - Commits no GitLab

Nome	Identificador	Observação
aplicando <i>layout</i> teste	b8620a42	Foram inseridas as primeiras imagens e adição de css
mais coisas do <i>layout</i>	f631b954	Foram feitas modificações no rodapé e adição de css
continuando <i>layout</i>	3f62fb25	Foram feitas modificações no cabeçalho e adição de css
Mais uma do <i>layout</i>	dc6146d9	Correção de <i>bugs</i> no rodapé e cabeçalho
Mais uma do <i>layout</i> 2	5bd8e04d	Correção de <i>bugs</i> no rodapé e cabeçalho
Mais uma do <i>layout</i> 3	84d227b0	Correção de <i>bugs</i> no rodapé e cabeçalho
Mais uma do <i>layout</i> 4	d0be33c2	Correção e adição de classes no css

Nome	Identificador	Observação
Mais uma do <i>layout5</i> Redes sociais na header	9ada7d6d	Correção de erros de <i>layout</i> nos botões das redes sociais
Mais uma do <i>layout6</i>	df8cc63a	Correção e adição de classes no css
Mais uma do <i>layout7</i>	53b37517	Correção e adição de classes no css
Mais uma do <i>layout8</i>	44a37313	Correção e adição de classes no css
Mais uma do <i>layout8.1</i>	3053ffa7	Correção e adição de classes no css
Mais uma do <i>layout8.2</i>	61e55e8d	Correção e adição de classes no css
<i>Layout</i> finalizado	c27e43df	Adição da barra de menu preta
<i>Layout</i> finalizado2	65eb962a	Aplicando mudanças do <i>layout</i> no <i>Dockerfile</i> e finalização do tema

Fonte: Elaboração do autor (2021)

Após os *commits*, o tema foi completamente implementado no ambiente de homologação da Revista RDJ e aprovado pela equipe do TJDFT.

3.2.3 Lei Geral de Proteção de Dados

A Revista de Doutrina Jurídica (RDJ), do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), trata-se de um sistema informatizado constituindo um periódico especializado de natureza técnico-científica, gerenciado pelo NUREV - EDITOR ADMINISTRATIVO, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que busca disponibilizar a produção técnica e científica de magistrados e juristas compondo a memória institucional do TJDFT. Assim, promovendo o acesso à informação jurídica a toda comunidade interessada, atendendo parcialmente a Lei de Acesso à Informação (LAI), tendo em vista as exceções previstas na própria lei e de outras previstas pelo próprio TJDFT.

A necessidade de implementação de uma Política de Privacidade de Dados Pessoais para a Revista de Doutrina Jurídica surge ao considerar as exigências impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), advinda a partir dos avanços da tecnologia da informação e comunicação, e suas implicações numa sociedade que lida diretamente com a organização, acesso, uso e compartilhamento de dados e informações.

O aparelhamento das tecnologias de informação e comunicação exige que os ambientes digitais apresentem confiabilidade em sua utilização pelos usuários, proteção à privacidade, assim como segurança para que as instituições de forma geral, possam quantificar e reduzir riscos, e definir responsabilidades.

Seguindo esse entendimento, a operacionalização da RDJ exige a observância acentuada em relação ao tratamento e recuperação de dados e informações no processo de editoração, que parte do cadastro até a publicação do periódico, considerando o ciclo de vida dos referidos dados e informações. Nesse contexto, torna-se necessário instituir um instrumento, dentre outros fundamentos previsto na LGPD, que permita a observância da autodeterminação informativa, compreendida como o controle que o cidadão deve ter sobre seus dados pessoais. Assim, segundo Doneda (2019), esse controle não se extingue apenas na permissão

para realização de tratamento dos dados, mas, em todo ciclo de vida dos dados e em atendimento a algumas garantias impostas pela própria norma.

Para viabilizar a adequação da RDJ à Lei Geral de Proteção de Dados, tornou-se necessária a elaboração da Política de Privacidade de Dados Pessoais da RDJ. E, conseqüentemente, para elaboração desta política, visando proporcionar o embasamento do referido instrumento jurídico que, em face de sua multisetorialidade, se fez necessário o levantamento de Leis, Resoluções, Regulamentos, portarias, bem como políticas de gestão de outras instituições que lidam com produção científica.

Desse modo foram utilizados para a elaboração da Política de Privacidade da Revista RDJ, a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil; A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação); a Resolução nº 9, de 02 de setembro de 2020, que institui a Política de Privacidade dos dados das pessoas físicas do Tribunal de Justiça do Distrito federal e dos Territórios – TJDF; o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia); observando-se a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos; a Portaria nº 10, de 23 de fevereiro de 2021, que Institui a nova Política de Gestão, Acesso, Publicação e Compartilhamento de Dados e Recursos de Informação do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro; o COPE's Core Practices de 2017, que revisou as Diretrizes de Melhores Práticas para Editores de Revistas, COPE; e o Código de Conduta Editorial da própria revista de doutrina jurídica.

Além disso, como base para o desenvolvimento da Política de Privacidade da RDJ, tornou-se necessário o desenvolvimento de pesquisa bibliográfica e exploratória, visando aprofundar os conhecimentos sobre variados temas relacionados a Política de Privacidade de Dados Pessoais, tais como aplicação a LGPD à pesquisa, implementação da LGPD para órgãos públicos, o papel dos agentes de tratamento (controladores e operadores), política de privacidade versus aviso de privacidade, sendo utilizadas dentre outras, as seguintes Obras: Proteção de Dados Pessoais Comentada de Patrícia PECK Pinheiro; LGPD: Manual de implementação, de Viviane Maldonado; Data Protection Officer (Encarregado) de Renato Opice Blum, Rony Vainzof e Henrique Fabretti Moraes; Tratado de proteção de Dados pessoais, de Laura Schertel Mendes, Danilo Doneda, Ingo Wolfgang Sarlet, Otávio Luiz Rodrigues Júnior; LGPD e Administração Pública, de Augusto Neves Dal Pozzo; Proteção de Dados - Desafios e soluções na Adequação à Lei, de Renato Opice Blum; Comentários ao GDPR - Regulamento Geral de proteção de Dados da União Europeia, de Viviane maldonado; LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Comentada, de Viviane Maldonado.

Para a elaboração da Política de Privacidade da RDJ, tornou-se necessário observar os diversos tipos de dados e sua variação, considerando as atividades desempenhadas na sistemática adotada pela RDJ/TJDF. Inicialmente, buscando desenvolver uma política de privacidade que atenda o acesso facilitado às informações sobre tratamento de dados pessoais, buscou-se informar sobre o tratamento e a privacidade dos titulares de dados pessoais ao usar a RDJ, definindo-se assim, de forma transparente e com clareza, além dos objetivos da política, conceitos como, dados, especificando sua tipologia, tratamento, consentimento, compartilhamento, formato aberto, informação, dentre outros.

A partir de elementos apresentados pela própria LGPD, buscou-se delinear a Política de Privacidade de Dados Pessoais partindo-se da verificação da tipologia dos dados (dados públicos, sigilosos, sensíveis, de crianças e adolescentes, dados pessoais diretos, dentre outros), visando identificar quais dados são coletados pela RDJ, por meio do mapeamento de dados pessoais realizados a partir dos pontos de acesso, observando-se as necessidades dos usuários (juízes, servidores colaboradores, público externo), centrado na existência de

etapas que perpassam por todo processo de tratamento de dados pessoais. Nesse sentido, os dados coletados, necessários para uso de serviços disponíveis na RDJ, bem como para ter acesso às funções necessárias à sua finalidade. Foram identificados, coletas de dados em três momentos específicos, a saber, no cadastro de usuário, no processo de submissão de produção intelectual, preenchimento de metadados e acesso às publicações, bem como no processo de avaliação e relação aos avaliadores.

Assim, em relação aos dados coletados para submissão, são observados obrigatoriamente, as instruções disponíveis em “assegurando a avaliação pelos pares cega”, considerando-se de responsabilidade do próprio autor, dos editores e avaliadores, enquanto passíveis de enviar documentos para o sistema da RDJ, como parte do processo de avaliação, a exclusão de dados pessoais que possam torná-lo identificável tanto no texto, como nas propriedades do documento. Isto para que na fase de transferência do manuscrito, não haja identificação dos autores, e consequentemente, compartilhamento de dados no processo de editoração da revista.

Em relação aos metadados da submissão (indexação), evidencia-se com base no princípio da necessidade, em que a ocorre a limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados, conforme definido no art. 6º, III da LGPD. Dessa forma, a RDJ coleta apenas dados necessários a finalidade específica de identificação de autoria após avaliação do manuscrito e possível publicação, de forma que os dados ou conjunto de dados tornados públicos devem sempre estar associados a um conjunto de metadados mínimo para a identificação do autor, tais como título, autor/titular, e-mail, data de criação e resumo biográfico (formação profissional, filiação institucional). A verificação do usuário/autor/titular dos dados pessoais sobre o tratamento dos mesmos, necessários à execução de políticas públicas, ocorrerá por meio do Termo de Declaração de Consentimento de Uso de Dados e Informações, no preenchimento dos metadados da submissão.

No caso de dados coletados de avaliadores, que tem como finalidade específica o controle do processo editorial de encaminhamento para avaliação na relação editor-avaliador-editor, considerando os avaliadores permanentes e os ad hoc, para posterior divulgação da avaliação para os usuários que realizaram submissão na RDJ, os dados dos avaliadores passam por processo de pseudonimização. Compreende-se este, como “[...] tratamento por meio do qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro” (BRASIL, 2018, on-line).

Quanto à finalidade, a Política de privacidade deve indicá-la para utilização dos dados pessoais. Constituem finalidade da política de privacidade para a RDJ: Facilitar, agilizar e cumprir os compromissos estabelecidos com o usuário/autor/titular/visitante no acesso a informações científicas, à educação e à cultura; e fazer cumprir as solicitações realizadas por meio do preenchimento de formulários; melhoria da RDJ, na compreensão sobre como o usuário/autor/titular/visitante, utilizam os serviços, permitindo identificar eventual problema que venha a surgir; Previsão do perfil do usuário/autor/titular visando ao tratamento automatizado e anonimização de seus dados. Nos casos de tratamento de dados pessoais para finalidades não previstas na Política de Privacidade somente ocorrerá mediante comunicação prévia ao usuário, de modo que, em qualquer caso, os direitos e obrigações aqui previstos permanecerão aplicáveis.

Em relação à transferência de dados pessoais, torna-se importante que os dados possam ser mantidos em formato interoperável e estruturado, para uso compartilhado, que no caso da RDJ, com vistas à execução de políticas públicas, acesso e disseminação ao acesso das informações. Em conformidade com o Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, em seu artigo 7º, as plataformas de interoperabilidade contemplarão

os requisitos de sigilo, confidencialidade, gestão, auditabilidade e segurança da informação necessários ao compartilhamento de dados, conforme regras estabelecidas pelo Comitê Central de Governança de Dados. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, em seu artigo 26, o uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público deve atender a finalidades específicas de promover o acesso à informação científica de qualidade a toda a sociedade, adotando como base legal a execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados no art. 6º desta Lei, sendo vedado ao Poder Público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, exceto em casos de execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência, exclusivamente para esse fim específico e determinado, observado o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

Na Política de Privacidade, também consta requisitos apresentados para que ocorra o tratamento de dados pessoais, tais como consentimento do autor considerando a base legal atribuída a finalidade específica para coleta dos dados, bem como a faculdade do titular dos dados sobre reivindicar direitos previstos na LGPD, sendo informado os meios de contato. Observa-se também regulação quanto a eventualmente houver coleta de dados de relativamente ou absolutamente incapazes, o consentimento pode ocorrer por meio de representação ou assistência.

Conforme exigência da LGPD, na Política de Privacidade deve-se indicar de forma clara, os agentes de tratamento de dados pessoais (controlador e operador), bem como a figura do encarregado, indicando as formas de contato para o usuário, titular de dados pessoais.

Em relação à segurança no tratamento de dados pessoais, busca-se aplicar as medidas técnicas e organizativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão de tais dados. Exime-se os editores da culpa exclusiva de terceiros, porém se compromete a tratar os dados pessoais do usuário com confidencialidade, dentro dos limites legais, considerando as finalidades definidas para o tratamento dos dados da RDJ.

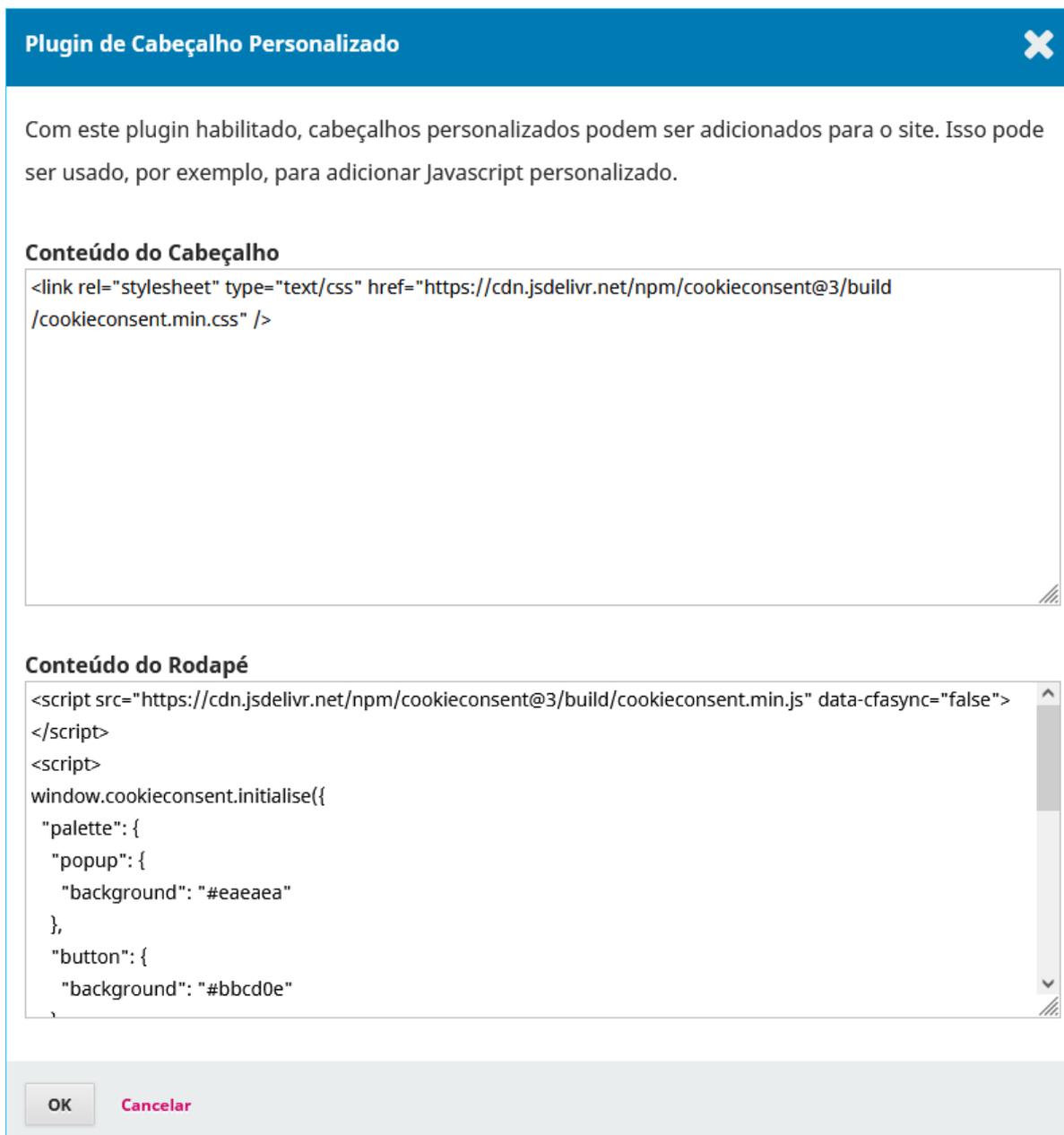
Na Política de Privacidade também consta informações sobre os dados de navegação do site (cookies), em que pequenas quantidades de informação são armazenadas pelo navegador. As informações coletadas por meio destes *cookies* são utilizadas para melhorar e personalizar a experiência do usuário, sendo que alguns *cookies*, por exemplo, podem ser utilizados dados sobre o dispositivo utilizado pelo usuário, bem como seu local e horário de acesso ao site para fins estatísticos e aprimoramento dos serviços da revista do TJDFT. No que se refere à Gestão dos *cookies* e configurações do navegador, nos casos em que o OJS não permite alteração dos *cookies* para adequação às finalidades da coleta, fica claro, na política, que haverá apenas coleta de dados obrigatórios para o funcionamento do sistema, pois sem essa coleta torna-se impossibilitado o uso do sistema.

Para configuração e exibição do termo de consentimento de *cookies* é necessária a instalação de um plugin de cabeçalho personalizado e a configuração de códigos JavaScript. Assim, deve-se acessar o menu de configuração:

- Configurações > Website > Plugins > Plugins Instalados > Plugin de Cabeçalho Personalizado > Configurações

Neste plugin são inseridos os códigos JavaScript, baseados na solução de código aberto apresentada em <https://cookieconsent.insites.com/download/>, como mostra a Figura 9.

Figura 9 - Plugin de Cabeçalho



Plugin de Cabeçalho Personalizado ✕

Com este plugin habilitado, cabeçalhos personalizados podem ser adicionados para o site. Isso pode ser usado, por exemplo, para adicionar Javascript personalizado.

Conteúdo do Cabeçalho

```
<link rel="stylesheet" type="text/css" href="https://cdn.jsdelivr.net/npm/cookieconsent@3/build/cookieconsent.min.css" />
```

Conteúdo do Rodapé

```
<script src="https://cdn.jsdelivr.net/npm/cookieconsent@3/build/cookieconsent.min.js" data-cfasync="false">
</script>
<script>
window.cookieconsent.initialise({
  "palette": {
    "popup": {
      "background": "#eaeaea"
    },
  },
  "button": {
    "background": "#bbcd0e"
  },
}
```

Fonte: Captura de tela da página web da RDJ interface do administrador (2021).

Com essas configurações, o termo de consentimento de *cookies* é apresentado na página da aplicação, como mostra a Figura 10.

Figura 10 - Termo de consentimento



Fonte: Captura de tela da página web da RDJ (2021).

Outros aspectos importantes também compõem a referida Política de Privacidade, tais como transferência de dados a terceiros, o prazo de conservação de dados não superior ao exigido para cumprimento das finalidades, salvo previsões do artigo 16 da LGPD, bem como possibilidade de alteração em face de novas funcionalidades ou novas alterações legais, assim como as formas consensuais de resolução de eventuais conflitos.

3.3 TREINAR EQUIPE NA NOVA VERSÃO

Como parte das metas do projeto, foi realizado um treinamento teórico-prático com a equipe editorial da RDJ. Esta capacitação foi direcionada ao aprendizado das principais configurações e do fluxo editorial no OJS 3 versão 3.2.1-3. Como exposto por Pacheco (2005) o treinamento permite que um indivíduo assimile novos conhecimentos, técnicas e práticas para o desempenho de suas atividades.

Assim, nos dias 29, 30 e 31 de março de 2021 foi realizado o treinamento do OJS 3 que contou com sete integrantes diretos e indiretos da RDJ. O curso foi dividido em três etapas, sendo o primeiro direcionado ao sistema, o segundo focado no fluxo editorial (avaliação, editoração, diagramação e publicação) e a terceira parte na execução prática do sistema, onde foi disponibilizado aos participantes uma revista de treinamento para a aplicação do conhecimento ministrado. O conteúdo do treinamento contemplou os seguintes assuntos:

- **Introdução ao OJS 3**
 - » Contextualização histórica
 - » características principais

- **Configurações do OJS 3**

- » Principais plugins
 - ◇ Habilitação e Configuração do plugin DOI
 - ◇ Habilitação do plugin Submissão rápida
 - ◇ Habilitação do plugin antiplágio
- » Configuração do DOI
- » Cadastro de usuário
- » Criação de edições
- » Configurações da Revista
- » Configurações do Site
- » Configurações do Fluxo de Trabalho
- » Configurações da Distribuição

- **Fluxo editorial do OJS 3**

- » Diferenciação das abas Fila, Submissões Não Designadas, Ativos e Arquivos
- » Submissão de um artigo
- » Designação de editor
- » Fluxo da Avaliação
- » Fluxo da edição
- » Fluxo da editoração
- » Fluxo da publicação

- **Pós publicação**

- » Registrar o DOI via OJS
- » Revisão de metadados
- » Revalidação do DOI

O treinamento realizado no período de 29 a 31 teve como principal objetivo a qualificação da equipe editorial da RDJ no uso do OJS 3. Como exposto, o aprendizado é uma constante, por isso, regularmente são feitos encontros com o objetivo de discutir questões relacionadas ao OJS e tirar dúvidas referentes ao seu uso.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os resultados obtidos pelas atividades realizadas no projeto de pesquisa firmado entre o TJDFT e o Ibict, em especial as relacionadas a Meta 2, pode-se afirmar que os objetivos propostos para esta meta foram totalmente alcançados. Os estudos iniciaram com a verificação de cenário, apresentado pelo Relatório de Cumprimento da Meta 1, que ofertou subsídios para continuação das atividades focais na revista, apresentados neste relatório.

A RDJ está disponível em servidor de produção⁹, na versão do OJS 3.1.x, a mais estável entre as disponibilizadas pelo Public Knowledge Project (PKP). A grande inovação nesta atividade foi ajustar o OJS para atuar em contêiner, padrão do TJDFT, facilitando a manutenção. Outro ponto de destaque foi a implementação, pelo projeto, do ambiente de homologação, o que facilitará em muito a atualização de novas versões, assim como testes de novas funcionalidades.

Quanto a customização, três pontos podem ser destacados: ajustes para estar de acordo com os critérios de indexadores, novo *layout* e adaptação a LGDP. Os ajustes na revista possibilitaram à revista a melhorar a sua indexação por bases nacionais e internacionais, sendo atualmente indexada por oito bases, grande parte internacionais, e seis em processo de análise. Os estudos de melhoria na indexação são contínuos e, mesmo com o cumprimento desta meta, deve continuar para obter uma visibilidade maior, no cenário das revistas jurídicas. Quanto ao novo *layout*, a revista está responsiva, oferecendo melhor experiência aos usuários. Por fim, possivelmente, o maior dos desafios foi ajustar o OJS às necessidades apresentadas pela LGPD, visto que a revista foi pioneira a atender a lei no Brasil. Como resultado deste estudo, foi publicado um guia, apresentando como ajustar a o OJS para atendimento à Lei.

O processo de capacitação também é contínuo, visto a evolução da editoração científica, principalmente com o advento da Ciência Aberta e seu impacto em várias áreas da pesquisa. Entretanto, foi ofertada capacitação à equipe editorial da revista, estando em contato direto para explicar ou tirar dúvidas no uso do OJS. Da mesma forma, foi publicado um guia de usuário da RDJ, para ser um documento de referência para uso.

Assim, conclui-se a Meta 2 do projeto de pesquisa, com grandes inovações relacionadas ao OJS como os ajustes necessários para o ambiente de contêineres e atendimento a LGDP, resultados publicados em documentação técnica publicadas em formas de guias e outros. Ressalta-se, no entanto, que a meta cumprida não significa a interrupção das relações da equipe do Ibict com a equipe editorial da revista e de informática, visto que o projeto ainda está em andamento e pode ter que retornar para novos ajustes, caso seja necessário.

9 Disponível em: <https://revistajuridica.tjdft.jus.br/index.php/rdj>

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm. Acesso em: 17 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Publicada no Diário Oficial da União em 24 de abril de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 17 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 17 set. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 9, de 02 de setembro de 2020**. Institui a Política de Privacidade dos Dados das pessoas Físicas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/publicacoes/publicacoes-oficiais/resolucoes-do-pleno/2020/resolucao-9-de-02-09-2020>. Acesso em: 16 set. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html#. Acesso em: 17 set. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 10, de 23 de fevereiro de 2021**, que Instituir a nova Política de Gestão, Acesso, Publicação e Compartilhamento de Dados e Recursos de Informação do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

COPE. **COPE's Core Practices**. Disponível em: <https://publicationethics.org/core-practices>. Acesso em: 24 mar. 2021.

DONEDA; D. **Da Privacidade à Proteção de Dados Pessoais**. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2019.

PACHECO, L. **Capacitação e desenvolvimento de pessoas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

REGULAMENTO (UE) 2016/679. **Regulamento (UE) 2016/679** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016. Relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados). Jornal Oficial nº L 119 de 04 maio 2016, p. 0001-0088. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016R0679&from=DA>. Acesso em: 16 set. 2021.

REVISTA DE DOCTRINA JURÍDICA. Brasília, DF. ISSN 2675-9640. Disponível em: <https://revistajuridica.tjdft.jus.br/index.php/rdj>. Acesso: 16 set. 2021.

REVISTA DE DOUTRINA JURÍDICA. Código de Conduta Editorial. Disponível em: <https://revistajuridica.tjdft.jus.br/index.php/rdj/pages/view/ethics>. Acesso em: 24 mar. 2021.

SANTOS, P. R. dos; SANTOS, G. C.; SILVA, B. D. V. da; MACEDO, D. J.; SILVA, M. R. da; CARNEIRO, C. F. de F.; SHINTAKU, M. Guia do usuário da Revista de Doutrina Jurídica: OJS 3. **Boletim Técnico do PPEC**, Campinas, SP, v. 6, p. e021016, 2021. ISSN 2526-6306. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/boletins/index.php/ppec/article/view/9439>. Acesso em: 16 set. 2021.

SHINTAKU, M.; SANTOS, G. C.; MÁRTIRES, E.; MOURA, R. dos S. **Relatório de cumprimento meta 01**: sobre os sistemas e recomendações. Brasília: Ibict, 2021. 20 p.

GLOSSÁRIOS DE TERMOS E SIGLAS TÉCNICOS

Sigla/Termo	Descrição
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
Ambiente de homologação	O ambiente de homologação é um ambiente onde o cliente deverá testar as funcionalidades do sistema que serão posteriormente colocadas em produção ou refeitas, caso não ocorra a aprovação por parte deste cliente. Lembrando que este ambiente não é o servidor de testes para os desenvolvedores. [Fonte].
APC	Abreviação para Article Processing Charge. Se refere a taxa de processamento de artigos, também conhecida como taxa de publicação.
BOAI	Sigla que designa Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste, ocorrida em 2002.
<i>Charset</i>	É uma <string> (en-US) denotando a codificação de caracteres a ser usado.
Container	Um único pacote de software.
CSS	Linguagem que usamos para estilizar um documento HTML. Também conhecido como folha de estilo.
<i>Docker</i>	É um projeto de software livre para automatizar a implantação de aplicativos como contêineres autossuficientes portáteis que podem ser executados na nuvem ou localmente. [Fonte].
<i>Dockerfile</i>	É o arquivo de build das imagens <i>Docker</i> , ele é escrito com uma syntax simples no formato "YML" ou "YAML". [Fonte].
Drupal	É um software de código aberto. O Drupal é um dos Content Management Systems (CMS) mais usados no mundo por instituições de diversos tipos. Companhias nacionais e internacionais adotam-o por ser uma solução robusta, escalável e que dá liberdade ao desenvolvedor de criar soluções inovadoras na web. [Fonte].
<i>Dump</i>	Um <i>dump</i> (despejo) de banco de dados, ou database <i>dump</i> , contém um registro da estrutura de tabela e ou dados de um banco de dados, e normalmente está na forma de uma lista de declarações SQL. Um <i>dump</i> de banco de dados é muito usado para realização de cópia de segurança de um banco de dados, assim, seus conteúdos podem ser rearmazenados, em caso de perda de dados. [Fonte].
Duplo-cega	Modalidade de avaliação utilizada nos periódicos científicos.
Gitlab	Repositório de versionamento de código.
HTML	Abreviação para a expressão inglesa "HyperText Markup Language", que significa: "Linguagem de Marcação de Hipertexto" é uma linguagem de marcação utilizada na construção de páginas na Web. [Fonte].
ID	Tradução para Identificador. ID, é o nome de usuário ou e-mail que serve de identificação pessoal aos internautas; enquanto acessam certos sites (sobretudo clientes de e-mail e/ou acesso à internet) [Fonte].
ISSN	Número internacional padronizado para seriados.

Sigla/Termo	Descrição
JavaScript	Linguagem de programação em banco de dados.
<i>Kubernetes</i>	é um produto Open Source utilizado para automatizar a implantação, o dimensionamento e o gerenciamento de aplicativos em contêiner
LAI	Lei de Acesso à Informação
LGPD	Sigla designada para Lei Geral de Proteção de Dados.
LOCKSS	Acrônimo inglês designado para Lot Of Copies Keeps Stuff Safe, ou traduzido para português como: Muitas Cópias Mantém as Coisas Seguras. É um sistema de código aberto que cria uma rede de replicação de dados (cópias compartilhadas de periódicos eletrônicos), permitindo que os participantes acessem dados preservados confiáveis através de uma conexão restrita a um grupo. [Fonte].
MySQL	Gerenciador de banco de dados
NUREV	Núcleo de Revistas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
OJS	Open Journal System - plataforma de gerenciamento de publicações periódicas eletrônicas utilizada no mundo todo. É um software aberto e livre.
OpenShift	É um produto de software de computador da Red Hat para implantação e gerenciamento de softwares baseados em container. Ele é uma distribuição suportada do <i>Kubernetes</i> usando <i>Docker</i> e ferramentas DevOps para desenvolvimento acelerado de aplicações.. [Fonte].
ORCID	O ORCID (Open Researcher and Contributor ID) é um identificador digital único, gratuito e persistente, que distingue um acadêmico/pesquisador de outro e resolve o problema da ambiguidade e semelhança de nomes de autores e indivíduos, substituindo as variações de nome por um único código numérico, algo como "0000-0002-0123-208X". Dessa forma, facilita o registro de informações e automatiza a atualização das publicações e produções (artigos, trabalhos, etc). [Fonte].
PHP	É um acrônimo recursivo para "PHP: Hypertext Preprocessor", originalmente Personal Home Page) é uma linguagem interpretada livre, usada originalmente apenas para o desenvolvimento de aplicações presentes e atuantes no lado do servidor, capazes de gerar conteúdo dinâmico na World Wide Web. [Fonte].
PKP	É a sigla para Public Knowledge Project, projeto que desenvolveu o OJS.
PKP PN	Esta sigla, derivada do inglês Public Knowledge Project / Preservation Network, designa a Rede de Preservação Digital da PKP.
POD	Vem do inglês vagem, como em vagem de ervilha, é a menor unidade implementáveis do <i>kubernetes</i> .
Portal do ISSN	Site para localização do registro das publicações periódicas no âmbito nacional e internacional.
RDJ	Sigla da publicação Revista de Doutrina Jurídica. Usar sempre no padrão por extenso.
REDHAT	Sistema operativo ou operacional, baseado no GNU/Linux.
Registry	Repositório de <i>containers</i> .

Sigla/Termo	Descrição
Tag	1. Estruturas de linguagem de marcação que consistem em breves instruções, tendo uma marca de início e outra de fim. 2. Palavra-chave (relevante) ou termo associado com uma informação. [Fonte].
TJDFT	Designação para Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
TLS/HTTPS	Designação para Transport Layer Security. é um protocolo de segurança projetado para fornecer segurança nas comunicações sobre uma rede de computadores. [Fonte].
UTF-8	UTF-8 (8-bit Unicode Transformation Format) é um tipo de codificação binária (Unicode) de comprimento variável criado por Ken Thompson e Rob Pike. Pode representar qualquer caractere universal padrão do Unicode, sendo também compatível com o ASCII. [Fonte].
UX	Sigla para "User EXperience".
WordPress	É um sistema livre e aberto de gestão de conteúdo para internet (do inglês: Content Management System - CMS), baseado em PHP com banco de dados MySQL, executado em um servidor interpretador, voltado principalmente para a criação de páginas eletrônicas (sites) e blogs online. [Fonte].

